

Filipa Lowndes Vicente (org.)

O IMPÉRIO DA VISÃO

**FOTOGRAFIA
NO CONTEXTO COLONIAL
PORTUGUÊS**

(1860-1960)

70

Título:
O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)

© os autores dos textos e Edições 70, 2014

Este livro resulta de uma investigação realizada no âmbito do projecto Conhecimento e Visão:
Fotografia no Arquivo e no Museu Colonial Português (1850-1950),
financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia,
projecto PTDC/HIS-HIS/112198/2009.

Tradução do Prefácio de James Ryan: Pedro Bernardo

Tradução do artigo de Ruth Rosengarten: Ana Simões

Capa de FBA

Imagem de capa:

Hora de repouso [Auto-retrato de Elmano Cunha e Costa e Padre Estermann.
Em cima da mesa o estojo da máquina *Rolleiflex*] Moxico, Angola, 1935-1939.
Digitalização a partir de negativo em película de nitrato de celulose, p/b, 6 × 6 cm,
Arquivo Histórico Ultramarino, IICT, ECC/NC1122, ID8533

Depósito Legal n.º 385042/14

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

O IMPÉRIO DA VISÃO

O império da visão : fotografia no contexto colonial português
(1860-1960) / org. Filipa Lowndes Vicente. – (Extra-coleção)
ISBN 978-972-44-1811-7

I - VICENTE, Filipa Lowndes, 1972-

CDU 94(469)“1860/1960”(042)

Paginação: M^A

Impressão e acabamento:
PAPELMUNDE

para
EDIÇÕES 70
em Novembro de 2014

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa
por Edições 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.

EDIÇÕES 70
Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 – 3.º C – 1050-117 Lisboa / Portugal

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Índice

O Império da Visão: Histórias de um Livro Filipa Lowndes Vicente	11
Introdução. Fotografia Colonial James R. Ryan	31
1. CLASSIFICAÇÃO / MISSÃO	
A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): Modos de representar, diferenciar e classificar da “antropologia colonial” Patrícia Ferraz de Matos	45
O registo da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais (Moçambique, primeira metade do século XX) Cristina Nogueira da Silva	67
“Etnografia Angolana” (1935-1939): histórias da coleção fotográfica de Elmano Cunha e Costa Cláudia Castelo e Catarina Mateus	85
Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956) A fotografia como instrumento de trabalho e propaganda Ana Cristina Roque	107
Fotografias da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo Ana Cristina Martins	117
Caçados e caçadores nas fotografias do arquivo da Companhia de Moçambique Bárbara Direito	141

**Olhar as mudanças sociais em São Tomé e Príncipe
através das fotografias**

Augusto Nascimento 157

2. CONHECIMENTO / CIRCULAÇÃO

**Fotografia científica em Angola no último quartel do século XIX:
o caso do naturalista José de Anchieta**

Nuno Borges de Araújo 171

**Dó nome à imagem: percursos de uma planta tropical de São Tomé
numa fotografia do final do século XIX**

António Carmo Gouveia. 183

**A fotografia e a edificação do Estado Colonial:
a missão de Mariano de Carvalho à província de Moçambique em 1890**

Paulo Jorge Fernandes. 195

**Olhares britânicos: Visualizar Lourenço Marques na ótica
de *J and M Lazarus*, 1899-1908**

Noeme Santana. 211

A preto e branco: folheando os relatórios médicos da Diamang

Teresa Mendes Flores. 223

**O feitiço das imagens: trabalhadores industriais modernos
na paisagem colonial em Moçambique**

Nuno Domingos 243

Imagens de muçulmanos em tempos de sedução colonial

Mário Machaqueiro. 259

3. EXPOSIÇÃO / REPRODUÇÃO

Imaginar o império através da revista ilustrada

***O Occidente* (1878-1915)**

Leonor Pires Martins 277

O esplendor dos atlas:

fotografia e cartografia visual do Império no limiar do século XX

Teresa Castro 291

Fotografia e ilustração na literatura colonial do Estado Novo

Rita Carvalho 305

Viagens entre a Índia e o arquivo: Goa em fotografias e exposições (1860-1930)	
Filipa Lowndes Vicente	319
Para ver, para vender: o papel da imagem fotográfica nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940)	
Nadia Vargaftig	343
Imagens de Angola e Moçambique na metrópole. Exposições de fotografia no Palácio Foz (1938-1960)	
Inês Vieira Gomes	353
Cinema império: contributos para uma genealogia da imagem colonial	
Maria do Carmo Piçarra	367
4. RESISTÊNCIA / MEMÓRIA	
As provas da "civilização": fotografia, colonialismo e direitos humanos	
Miguel Bandeira Jerónimo	387
Angola 1961, o horror das imagens	
Afonso Ramos	399
Etnografia visual da Guerra Colonial. Luta de libertação na Guiné	
Catarina Laranjeiro	435
Descolonizando enunciados: a quem serve objectivamente a fotografia?	
Carlos Barradas	447
A fotografia artística contemporânea como identidade pós-colonial	
Susana Martins e António Pinto Ribeiro	461
Do Arquivo à Instalação, no trabalho de Umrao Singh Sher-Gil e do neto Vivan Sundaram	
Ruth Rosengarten	475
www.diamangdigital.net: memória, performance, colonialidade	
Nuno Porto	487
NOTAS BIOGRÁFICAS	497

O feitiço das imagens: trabalhadores industriais modernos na paisagem colonial em Moçambique

NUNO DOMINGOS

Em 1963, já perto do final da presença colonial portuguesa em África e dois anos após terminar o regime do indigenato, começou a ser editado em Lourenço Marques o *Boletim da Associação Industrial de Moçambique* (AIM)¹. Desde 1968 e até à sua extinção, em 1974, a publicação passou a chamar-se *Indústria de Moçambique*. O império colonial português enfrentava no início da década de 60 uma guerra que em breve se estenderia em três frentes. Num contexto de proliferação bélica em Angola, na Guiné e em Moçambique, a actividade desta revista sugeria que o investimento económico, neste caso de natureza industrial, continuava a desenvolver-se a bom ritmo. Investidores nas mais distintas áreas pareciam descuidar o que *a posteriori* foi interpretado como um cenário de iminente desagregação imperial.

No *Boletim da AIM* o império era representado enquanto problema económico, sujeito a planos fundados num conhecimento técnico e científico. Da utilização correcta desses instrumentos dependia, sobre certa perspectiva modernizadora, o lugar das nações numa escala evolutiva de desenvolvimento. O domínio desta tecnicidade foi promovido pelo capital privado mas também por instituições que operavam no âmbito da soberania económica do Estado sobre um vasto território imperial, situação que enquadrava a intervenção de agentes económicos nacionais e estrangeiros. Nesta revista debateu-se com insistência o papel económico do Estado no processo de desenvolvimento, enquanto agente de mudança, mais racional e burocrático, mais científico e interventor.

A representação de um território enquanto problema económico não se declarava apenas no modo como os autores publicados discorriam sobre teorias e conceitos, apresentavam análises dos ritmos de crescimento, se socorriam de gráficos e quadros e mostravam números e percentagens para dissertar sobre o futuro de um espaço soberano. Desde a segunda série da *Indústria de Moçambique* as representações sobre o território foram também formuladas por intermédio de fotografias. Embora as imagens ocupassem um lugar marginal no encadeamento das prioridades editoriais e seja difícil encontrar um projecto sistemático de representação visual do universo colonial, as fotografias publicadas desempenhavam uma função importante, em articulação com os

¹ A Associação Industrial de Moçambique foi fundada em 1961.

outros conteúdos da publicação. Mais lineares do que alguns dos artigos divulgados, críticos da situação económica moçambicana, as fotografias ofereciam uma dimensão visual a um projecto de transformação. Sem referência aos seus autores, mostravam algumas das maiores indústrias do território, em especial as que se localizavam na capital e nas áreas industriais limítrofes da Matola e da Machava. Em 1966 as indústrias de Lourenço Marques já somavam 50% do valor de produção da indústria transformadora, empregando 32,15% dos operários moçambicanos². O antropólogo António Rita-Ferreira estimava que em 1968 dos 130 000 africanos activos existiam na capital 19 500 trabalhadores nas «indústrias transformadoras» (7000 dos quais mulheres)³. Entre outros lugares fabris, na revista da AIM publicaram-se fotografias do Cais do Minério da Matola, da Mogás, Química geral da Matola, da Fábrica de Cimentos de Nacala, da Companhia Vidreira de Moçambique, da refinaria de petróleo Sonarep, do navio-tanque da Sonap Marítima, da Indústria Metal-mecânica de Moçambique, da indústria de caju em Moçambique, da indústria de montagem de rádios, da indústria de descaroçamento de algodão e da indústria têxtil Texlon.

Dirigida a leitores especializados, a revista valorizava os fundamentos técnicos e científicos da modernização, apresentados como ideologicamente neutros. Como se afirmava num artigo sobre a necessidade de aumentar a produção agrícola local: “A tecnologia pode mostrar-se mais revolucionária que qualquer ideologia”⁴. A reprodução de imagens de infraestruturas, cuja beleza escultural era desvendada pelos mais talentosos fotógrafos, proporcionava uma primeira representação da pujança da empresa industrial. Os edifícios e as máquinas, indicadores materiais e simbólicos da universalidade de um programa de mudança, eram elementos imagéticos recorrentes, ajustáveis a qualquer lugar, submetendo paisagens naturais e sociais, especificidades históricas e culturais. Em muitas destas reproduções observavam-se trabalhadores a laborar, e menos frequentemente trabalhadoras, e a relacionarem-se com colegas e com os omnipresentes instrumentos de trabalho no local de produção. Como noutras sociedades onde o produtivismo industrial se tornara um desígnio nacional, concedendo uma projecção de um futuro próspero, tratava-se de celebrar a organização moderna do trabalho, colocando no centro da narrativa visual a máquina e o operário. Em oposição às análises críticas do sistema produtivista, nas quais o trabalhador se confrontava conflitualmente com a função laboral, com a hierarquia e com a máquina, neste universo visual o operário surgia integrado na micro-sociedade da fábrica.

A circulação internacional de imagens como aquelas publicadas na *Indústria de Moçambique* materializava o projecto de universalização de um sistema de práticas laborais e sociais, fomentado pela acção de uma classe global de especialistas, que exteriorizava uma ética, hábitos, processos e estilos de vida afins. Tendo em consideração a conhecida asserção de Karl Polanyi sobre o incrustamento social da economia, este programa de transformação dependia de um ajustamento às condições de existência que distintamente caracterizavam os contextos onde era aplicado⁵. Na retórica discursiva e visual associada a este processo de mudança os seus agentes promotores assemelhavam-se

² António Rita-Ferreira, *Os Africanos de Lourenço Marques* (Lourenço Marques: Separata das Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967-1968), p. 126.

³ António Rita-Ferreira, “Distribuição Ocupacional da População Africana de Lourenço Marques”, *Indústria de Moçambique*, vol. 2, n.º 6, Junho de 1969, p. 200, p. 3.

⁴ *Indústria de Moçambique*, Vol. 3, n.º 8, 1970, p. 268.

⁵ Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (Lisboa: Ed. 70, 2013).

aos membros de outros grupos modernizadores a actuar em diversos espaços nacionais e internacionais. O efeito universalizador de imagens como as mostradas na *Indústria de Moçambique* na década de 60, que não diferiam de outras imagéticas industriais, deve ser questionado a partir da análise do processo de institucionalização dessas relações económicas.

Num estudo sobre a representação do espaço fabril na fotografia industrial nas décadas de 50 e 60 na cidade do Porto, Bruno Monteiro, baseando-se nos trabalhos fotográficos comissionados pela Associação Industrial Portuense⁶, assinala a expansão de um modelo de representação do trabalho que, em articulação com os meios e os olhares proporcionados pelo desenvolvimento de um campo da prática fotográfica, promove a “consciência industrial orientada para a produtividade e a racionalidade” e um ideal de “organização social do trabalho” sustentado pela “substituição de um sistema técnico disciplinar tradicional pela crescente mecanização do trabalho e pela sistematização dos controlos hierárquicos”⁷. A tradução fotográfica de um ponto de vista sobre as relações de trabalho, apropriando-se do plano encenado pelo fotógrafo, celebra uma nova fábrica, higienizada, na qual predominavam operários exemplares em espaços racionais⁸. Monteiro recorre à obra de Raymond Williams para detectar nesta representação fotográfica as “estruturas de sentimento” de um grupo social⁹.

Em Moçambique o papel desta classe dependia da evolução da estrutura social e económica, de acordo com as dinâmicas do colonialismo português. O projecto visual da Associação Industrial de Moçambique explicita as intenções de uma classe que invocava princípios e projectos reconhecíveis noutras latitudes, mas que no terreno imperial se ajustaram às relações de luta no campo de poder colonial. Desta forma, a interpretação da imaginação social e imperial proporcionada pela representação fotográfica reclama o confronto com a situação no terreno. Importa questionar os limites deste vigor representacional, sujeitando-o a outras enunciações da situação colonial, nos locais de trabalho, mas também em outros universos que contribuíam para a “produção do trabalhador”, nomeadamente todos os aspectos que envolviam a sua inserção urbana em grandes núcleos de concentração industrial, como em Lourenço Marques, capital da colónia.

Representações da diferença no espaço colonial

A ostentação nestas fotografias de um Moçambique moderno e industrial contrastava com as imagens mais comuns de um mundo africano natural, tantas vezes construído para estimular os olhares curiosos dos europeus e reforçar o seu sentido de superioridade civilizacional. As representações do exótico, do primitivo, do ontologicamente diferente, perpassavam a actividade de instituições coloniais mas manifestavam-se em objectos de outra natureza, na produção gráfica e visual de objectos da cultura popular, em livros, revistas, jornais, postais, na publicidade¹⁰. É mais correcto afirmar que as imagens das

⁶ Hoje no fundo fotográfico da Casa Alvão à guarda do Centro Português de Fotografia. Bruno Monteiro, “Natureza-morta com Máquinas. A política de representação do espaço fabril na fotografia industrial das décadas de 50 e 60 no Porto”, in Bruno Monteiro, Joana Dias Pereira (orgs.). *De Pé Sobre a Terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, pp. 427-444.

⁷ *Ibidem*, p. 432.

⁸ *Ibidem*, pp. 438-439.

⁹ Conceito que terá surgido pela primeira vez em Raymond Williams, *Preface to Film* (London: Film Drama Limited, 1954).

¹⁰ Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana em Portugal. Séculos XV-XX* (Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009).

grandes fábricas e das suas maquinarias encontrar-se-iam na sequência de um conjunto de representações que assinalava o papel do colonizador enquanto conquistador e edificador. Numa fase de ocupação bastante específica, seriam uma actualização moderna do edifício militar, das igrejas e outros monumentos religiosos e dos núcleos urbanos, nomeadamente os de maior dimensão, com as ruas ordenadas – em contraste com os subúrbios onde se acumulavam os trabalhadores africanos – com jardins organizados e inúmeros edifícios, onde acabaram por se incluir os de origem arquitectónica contemporânea¹¹.

No espaço colonial, as fotografias apresentadas na *Indústria de Moçambique* geravam, porém, significados particulares. Talvez o mais notável destes significados seja o da representação dos operários e operárias africanos no quadro da sociedade industrial. Característica do período desenvolvimentista do pós-guerra, a imagem do operário integrado na fábrica possuía um carácter técnico e científico, difundindo a já referida universalização de um modo de organização do trabalho que tomava o indivíduo pela sua posição na estrutura laboral. A racionalização moderna da mão-de-obra apresentava-se, então, como um elemento no processo de evolução de um campo económico. No entanto, no contexto de uma situação colonial sustentada em processos de construção de uma diferença explicitamente enunciada e representada, esta concepção da atividade laboral propunha uma nova mundividência. Se é possível verificar continuidades entre estas representações do trabalho e obras fotográficas anteriores, nomeadamente aquelas que procuravam mostrar para o exterior uma versão idealizada das colónias portuguesas no âmbito de exposições e feiras internacionais, como os conhecidos álbuns de Santos Rufino publicados em 1929, o contexto de produção das fotografias que aparecem décadas depois na *Indústria de Moçambique* é, no entanto, distinto¹². Estas imagens do trabalho africano dirigem-se agora para dentro, para os agentes económicos locais, sem intenção de propaganda explícita, mas de demonstração de uma mundividência técnica: elas mostram uma integração laboral realizada em novos moldes, em grandes espaços fabris modernos, e não em oficinas de artes e ofícios, e onde a própria representação dos corpos confere maior dignidade ao trabalhador.

Mas estas fotografias distinguem-se de modo mais significativo de certa tradição da fotografia colonial realizada no quadro português, em contexto oficial ou dependente do olhar colonialista sobre territórios e populações. Alguns trabalhos sobre fotografia no império colonial português destacaram o exercício de objectivação visual do africano enquanto indivíduo pertencente a uma cultura atrasada, preso aos seus costumes e tradições, imóvel e passivo¹³. A ordenação de uma hierarquia civilizacional por intermédio da imagem exercia-se pela exposição da diferença. Tal essencialização fundava-se numa prática de inventário com preocupações de registo e investigação que legitimava cientificamente as relações do poder, identificando grupos étnicos e as suas culturas tradicionais, as lideranças a cooptar pelo poder colonial, ou reconhecendo a adaptabilidade dos indivíduos para o trabalho¹⁴. Atendendo a esta genealogia, as imagens dos ambientes laborais na *Indústria de Moçambique*

¹¹ Materializada pelas edificações fabris, a universalidade da indústria concretizou-se também pelos desenhos de profissionais que advogavam a universalidade da arquitectura moderna e a sua capacidade de ultrapassar a herança da história, impondo uma nova cadência às cidades. José Manuel Fernandes, *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975* (Lisboa: Livros Horizonte, 2002).

¹² Sobre o papel dos álbuns de Santos Rufino na defesa internacional das colónias portuguesas, nomeadamente no que respeita à realidade laboral, veja-se Eric Allina, “Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929”, *History in Africa*, Vol. 24 (1997), pp. 9-52.

¹³ Clara Carvalho, “O Olhar Colonial. Fotografia e Antropologia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”, in Clara Carvalho, João de Pina Cabral (orgs.), *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004) pp. 119-147. Nuno Porto, *Modos de Objectivação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009).

¹⁴ Ver Rui Mateus Pereira, *Conhecer para Dominar, O desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, especialidade de antropologia Cultural e Social, UNL, FCSH.

Figura 1. Anúncio do Banco Nacional Ultramarino à Concessão de Créditos Agrícolas. O anúncio aparece com regularidade ao longo dos anos da segunda série da revista.



introduzem rupturas simbólicas, nomeadamente na representação da diferença social e das relações de poder. Assim, estas imagens construíaam distintamente a diferença em contexto colonial: a desigualdade social, vinculada à inserção laboral, deixa de ser constituída enquanto atributo da cultura, do costume ou da tradição e passa a ser representada pelas categorias económicas da fábrica, onde a origem étnica e cultural parece esvanecer-se.

A frágil industrialização em Moçambique

A fotografia mais reproduzida na *Indústria de Moçambique* mostra um trabalhador agrícola, um africano negro, numa plantação de chá. Provavelmente tirada numa das regiões produtoras da Zambézia, Gurué, Milange ou Socone, a imagem acompanhava um anúncio do Banco Nacional Ultramarino, instituição imperial emissora de moeda. Tratava-se de anunciar, na revista da elite industrial, a concessão de créditos agrícolas.

Esta imagem consagrava a relação histórica entre a produção agrícola e a industrial em Moçambique, território onde a indústria nascera, em grande proporção, da oportunidade de transformar produtos agrícolas para exportação¹⁵. Esta actividade, como assumia a própria revista, não correspondia aos

¹⁵ *Indústria de Moçambique*, Vol. 5, n.º 8, 1972, p. 213.

segmentos industriais mais produtivos, mas foi aquela que encontrou melhores condições de desenvolvimento no território. Apesar da evolução sentida a partir da década de 50, a actividade industrial moçambicana era débil, face a um cenário histórico dominado pelo sector primário¹⁶.

Foi no quadro da exploração de um conjunto de matérias-primas fundamentais, como o algodão e o açúcar, base do Pacto colonial de 1930, que se desenvolveu um tecido produtivo assente em formas dramáticas de exploração laboral. Parcela substancial da população moçambicana foi então compelida a trabalhar em sistemas de plantação agrícolas¹⁷. A transformação fabril de um conjunto de produtos primários muito dependentes da flutuação dos preços nos mercados internacionais procurou acrescentar-lhes valor comercial.¹⁸ No anúncio do BNU, o trabalhador agrícola da plantação de chá, concentrado na sua função, envergava um equipamento moderno, com a aparência de que havia sido acabado de estrear, situação que distinguia esta de muitas imagens sobre trabalho em contexto colonial, nas quais os trabalhadores se encontravam pouco e pobremente vestidos, muitas vezes descalços e em tronco nu. Sobre a colecção de fotografias que encontrou numa secção de “obras públicas” presente no Arquivo Histórico Ultramarino, Jeanne Marie Penvenne afirmou: “As fotografias mostravam um grande número de homens a cavar, a carregar, a transportar fardos ao longo da marginal. Até esta altura, as centenas de homens (na maior parte) surgiam nestes documentos anonimamente, apenas quantificados como tantos ‘indígenas’ ou ‘pretos.’”¹⁹ Ao invés, este apanhador de chá parecia encarnar outro modelo de trabalhador, já adequado às prescrições impostas pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho que Portugal adoptara recentemente, no quadro da “internacionalização» do espaço jurídico sócio laboral”²⁰. A reprodução fotográfica do apanhador de chá eufemizava com eficácia a violência historicamente presente nas relações de trabalho rural. Este processo de ocultação ocorreu também na produção de representações visuais sobre o trabalho industrial.

Para a opinião dominante nas páginas da *Indústria de Moçambique* a industrialização de produtos primários tornaria mais sólida e estável a dinâmica exportadora, permitindo corrigir uma situação que apresentava problemas estruturais evidentes, nomeadamente uma preocupante dualidade entre os sectores económicos e os espaços geográficos, característica marcante de regiões em processo de desenvolvimento. Apesar das oportunidades proporcionadas pelos Planos de Fomento Colonial desde 1953²¹, e do aumento das exportações e das trocas, o processo de modernização, sentido noutros contextos coloniais depois da Segunda Guerra Mundial, avançava lentamente em Moçambique. Um crescimento baseado na evolução de um mercado interno alimentado pelo aumento do número de colonos e pelo incremento do consumo africano nas grandes cidades tornara deficitária a balança comercial²², situação agravada pela necessidade de importar tecnologia para fomentar as dinâmicas exportadoras. O cenário não se mostrava o ideal para a economia colonial competir num espaço económico progressivamente liberalizado. A constituição de um espaço económico português de livre circulação de mer-

¹⁶ Valia 8,9% do PIB em 1963. *Colectânea de Estudos do gabinete de Estudos técnicos da AIM*, vol. 2, 1968, p. 71.

¹⁷ Ann Pitcher, *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry and Cotton, 1926-1974* (Oxford: Oxford University Press, 1993); Carlos Fortuna, *O Fio da Meada: O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-mundo, 1860-1960* (Porto: Afrontamento, 1993); Allen Isaacman, *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work, and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-1961* (Portsmouth, N. H.: Heinemann, 1997).

¹⁸ Joana Pereira Leite, “Mozambique 1937-1970. Bilan De L’Évolution de L’Économie D’Exportation: quelques reflexions sur la nature du ‘pacte colonial’”, *Estudos de Economia*, Vol. XIII, N.º 4, Jul-Set., 1993, pp. 387-410.

¹⁹ Jeanne Marie Penvenne, “Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975”, in Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Cruz e Silva (orgs.), *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012), pp. 173-174.

²⁰ Maria Fernandes Rodrigues, *Portugal e a Organização Internacional do trabalho (1933-1974)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 83. Portugal assinou apenas em 26/7/56 uma convenção sobre Trabalho Forçado de 1930, em 23/11/1959, uma convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (de 1957) em 20/2/1967, sobre Igualdade de Remuneração (de 1951) em 12/4/1960. A abolição das sanções penais para trabalhadores indígenas (de 1955) em 22/11/1959, a Discriminação em matéria de emprego e de profissão (1958), em 1/7/64, o Direito de organização e de negociação colectiva (1958) *Ibidem*, p. 162, em 5/16/1960 a convenção sobre a Reparação de acidentes de trabalhos na agricultura (de 1921). *Ibidem*, p. 306, e em 2/12/62, sobre a Inspeção no Trabalho (de 1947), *Ibidem*, p. 437.

²¹ Victor Pereira, “A economia do Império e os Planos de Fomento”, in Miguel Bandeira Jerónimo (org.) *O Império Colonial em Questão* (Lisboa: Edições 70, 2011), pp. 251-285.

²² Parcídio Costa, “Evolução e perspectivas das exportações de Moçambique”, *Indústria de Moçambique*, vol. 6, n.º 3, pp. 69-76.

cadorias, capitais e pessoas em 1961, iniciando um período de liberalização, ameaçava uma estrutura produtiva que havia crescido à base de monopólios e concessões²³. Tais circunstâncias, nomeadamente tudo o que envolvia as discussões sobre a transformação das políticas de condicionamento industrial, afectavam os equilíbrios no campo do poder colonial. Segundo os economistas e empresários influenciados pela dinâmica internacional, o processo de liberalização requeria uma economia mais produtiva, assente no valor acrescentado oferecido por uma actividade industrial moderna. As conferências de mesa redonda sobre problemas da Indústria no Espaço Português, organizadas pela Corporação da Indústria, apresentavam-se como um momento de actualização do estado da arte das políticas económicas²⁴.

O êxito da modernização dependia do aumento da produtividade do fator trabalho; da alteração do processo de formação dos operários mas igualmente do reequacionamento do papel das chefias e dos quadros intermédios. No cenário político e económico consolidado a seguir à Segunda Grande Guerra, valorizou-se nos territórios coloniais a constituição de uma mão-de-obra estabilizada, que oferecesse a algumas indústrias uma previsibilidade produtiva, tanto no que dizia respeito ao ritmo de trabalho como ao domínio sobre a produção²⁵. As políticas determinadas para aperfeiçoar a qualidade do que se chamaria o “capital humano” sugeriam uma forte reconstrução do território africano e da sua organização social: a estabilização da mão-de-obra em núcleos urbanos organizados, a promoção social das populações mediante a aplicação de políticas públicas, a valorização da mão-de-obra e dos direitos laborais, a construção de infraestruturas, a generalização de hábitos de consumos e a adopção de uma ética de trabalho específica. Prescrevia-se então uma política de ordenamento urbano que tornasse a cidade numa produtora de trabalhadores competentes, garantindo-se condições de salubridade, de transporte, a construção de infraestruturas de integração e de apoios sociais mínimos. No encaixe das clássicas análises de Durkheim, a integração económica proporcionaria a integração social e política: instituíam-se como o agente eleito para o poder colonial gerir o processo que na gíria colonial foi descrito por “distribuição”. Coadjuvando esta intervenção sobre a esfera económica, o regime colonial português insistiu na defesa da família monogâmica e da religião católica como veículos de coesão social.

O novo gestor colonial e os seus quadros intermédios

Uma parte considerável das fotografias publicadas na *Indústria de Moçambique* expunha as iniciativas da Associação Industrial local e de alguns dos seus departamentos, como por exemplo o Núcleo de Produtividade, que organizava cursos sobre os melhores métodos para aumentar a eficiência produtiva. A análise das técnicas modernas de gestão e de administração, a especialização dos quadros e do pessoal intermédio, a introdução de novas tecnologias, como por exemplo as de natureza computacional e a prevenção e a segurança no

²³ A lei de constituição de um espaço económico português foi aprovada pelo decreto-lei n.º 44016 de 8/11/61.

²⁴ Em Novembro de 1970 a *Indústria de Moçambique* destaca a importância conferida pelo presidente da AIM, Mário Fernandes Secca, no conferência de 1970 políticas económicas preconizadas pelo engenheiro Rogério Martins, um dos mais activos representantes das políticas modernizadoras: “revisão do condicionamento industrial, concentração ou cooperação empresarial, exportação industrial, investimentos estrangeiros, actuação anti-monopolística, financiamento do investimento e da produção”, *Indústria de Moçambique*, 1970, n.º 11, p. 365.

²⁵ Frederick Cooper, *The Labor Question in French and British Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996); *Idem*, “Development, Modernization, and the Social Sciences in the Era of Decolonization: the Examples of British and French Africa”, *Revue d'histoire des sciences humaines* (Les sciences sociales en situation coloniale), vol. 10, 2004, p. 27.



Figuras 2 e 3. Curso de Acção Comercial. O Marketing na Empresa. *Indústria de Moçambique*, vol. 6, n.º 10, 1973, p. 290.

Figura 3. Colóquio: o dirigente e a formação do pessoal, *Indústria de Moçambique*, vol. 3, n.º 4, 1970, p. 141.



trabalho, encontravam-se entre os temas das formações. Da metrópole chegaram vários especialistas, gestores, economistas, professores universitários – do ISCEF, do Instituto Superior Técnico –, membros de órgãos estatais, de ministérios vários, de organismos como a Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica de Moçambique ou o Instituto Nacional de Investigação Industrial, quadros de instituições financeiras e empresariais, como o Centro de Investigação da CUF ou a Companhia de Seguros Império.

Os conhecimentos transmitidos por estes técnicos aos gestores e representantes das instituições estatais articulavam-se com os conteúdos dos artigos da *Indústria de Moçambique*. Acumulava-se na revista uma bibliografia pericial que transmitia as ideias das grandes referências da gestão, muitas vezes republicações de revistas especializadas como a *Revue Internationale du travail*, as opiniões de membros de instituições internacionais, casos do Banco Mundial, da Organização Internacional do Trabalho, do Conselho Económico e Social da ONU, do Fundo Monetário Internacional, da OCDE e de todo um conjunto de organismos ocupados com a ajuda ao desenvolvimento a países do chamado “terceiro mundo”. De acordo com a verdade enunciada pelos números da ciência económica, e ao contrário da retórica nacionalista e épica da potên-

cia colonial, a categoria de “terceiro mundo” aplicava-se bem ao caso moçambicano. Entre as prescrições indicadas para desenvolver o ‘terceiro mundo’ encontravam-se as faculdades do gestor moderno. Não se confundindo com a representação mais comum do patrão colonial, este quadro especializado estava treinado para relacionar os métodos de produção local com as lógicas da economia e do comércio internacionais²⁶.

A cobertura fotográfica das acções de formação da AIM ajudava a criar uma imagem padronizada do especialista em gestão. As suas representações fotográficas ofereciam um modelo a emular por aqueles que ambicionavam ser protagonistas na empresa moderna e pertencer a uma comunidade internacional de interesses, desejos e aspirações. Este técnico reconhecia-se pela sua atitude, pela forma de estar no local de trabalho, pelo modo como vestia, identificado comumente pela camisa branca e pela gravata. A especialização e a acumulação de capital educacional por parte destes indivíduos, elemento que os distinguia enquanto intervenientes activos no campo do poder, revelava-se pelos objetos que os rodeavam: os papéis com tabelas, gráficos, textos e quadros, as canetas e os lápis, os óculos que muitos usavam. Nas imagens que reportam as iniciativas da AIM não se vislumbram praticamente mulheres. Esta elite gestonária era constituída por homens, por homens brancos.

Se o objectivo de racionalizar os métodos produtivos exigia um gestor preparado, mais do que um proprietário de tarimba, as empresas deviam contar igualmente com uma hierarquia intermédia eficaz, nomeadamente com técnicos preparados para lidar com os operários, de modo a torná-los mais produtivos. A impaciência de contramestres e capatazes em relação ao pessoal subalterno vinha revelando-se contraproducente²⁷. Em alternativa a estas práticas, a adopção da linguagem dominante nos departamentos de recursos humanos elevou o trabalhador à categoria de colaborador, nomeando assim a posição do indivíduo num colectivo laboral delimitado por elementos de comunhão afectiva. Para forjar um competente escol de quadros intermédios em Moçambique, a Associação Industrial organizou cursos para contramestres, procurando colmatar a carência de engenheiros na divisão do trabalho local. Aos alunos destes cursos, na sua grande maioria homens brancos, cabia interagir com os trabalhadores do chão da fábrica, quase todos africanos negros.

O trabalhador africano integrado no espaço industrial

Em entrevista à *Indústria de Moçambique*, o engenheiro Silva Teixeira, técnico do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), destacou a importância de incentivar os autóctones a participar nas actividades económicas, aproveitando-se assim “de forma mais racional e apropriada a mão-de-obra indígena”²⁸. O êxito desta empreitada dependia da passagem do trabalhador rural para a indústria, um processo que comparou com o que vinha sucedendo na metrópole. Estes trabalhadores africanos transitavam “de um passado tri-

²⁶ Sobre a emergência do gestor moderno na metrópole ver José Nuno Matos, *O operário em construção: das relações humanas ao trabalho temporário*, tese de doutoramento, Sociologia (Cultura, Comunicação e Estilos de Vida), Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2013.

²⁷ António Rita-Ferreira, *Os Africanos de Lourenço Marques ...*, p. 344.

²⁸ *Indústria de Moçambique*, 1969, vol. 2, n.º 4, pp. 113-114.

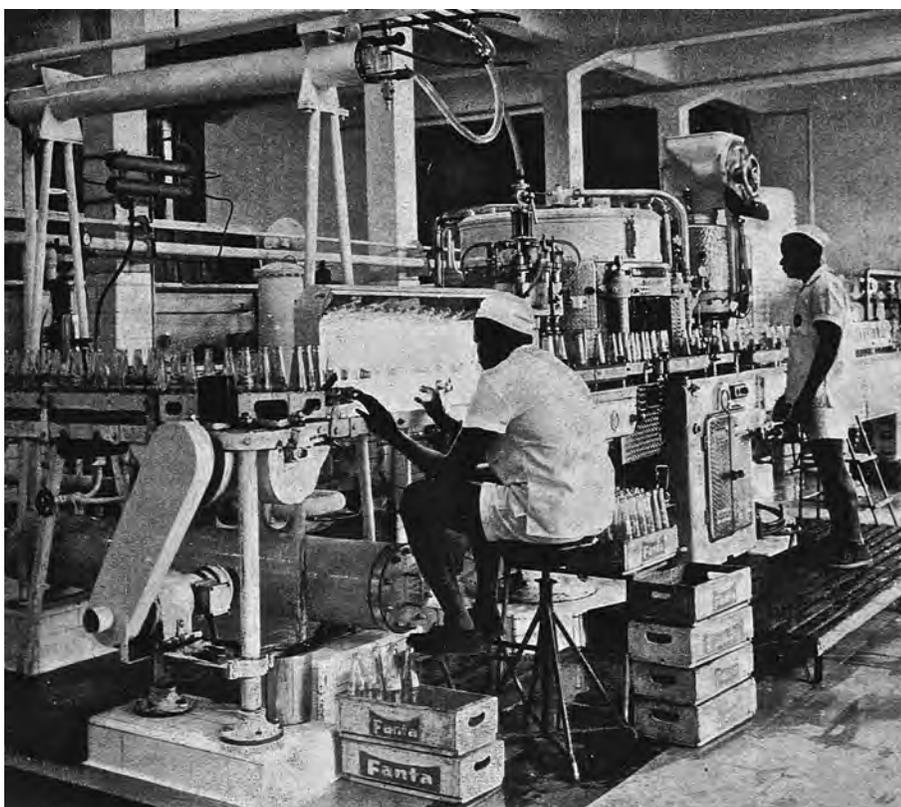


Figura 4. Fábrica de Refrigerantes Mac Mahon, *Indústria de Moçambique*, vol. 5. n.º 4, 1972, p. 1. A imagem mostra não apenas toda a complexidade das máquinas fabris, mas também a relação dos operários com a dinâmica produtiva. Atentos, equipados num ambiente higienizado onde preponderam as regras de segurança e prevenção, os operários cumprem com perícia as suas funções.

bal, de toda uma vida próxima da natureza, vazados dentro das quatro paredes de uma estação de serviço, de uma metalomecânica”. As dificuldades inerentes a esta transição deviam ser moderadas pela acção de técnicos em psicologia social e industrial. Cobia-lhes estudar desde a “terminologia a empregar, à forma de dar ordens, ao controlo sobre o desempenho das actividades, à maneira de estabelecer a comunicação entre companheiros de trabalho com origens e formações diversas”²⁹. Para que este trabalho específico resultasse era fundamental, no entanto, eliminar das relações hierárquicas na empresa as perenes lógicas de menorização do trabalhador africano. Um artigo publicado na *Colectânea de Estudos do Gabinete de Estudos Técnicos da AIM* em 1967 referia precisamente o entrave colocado ao desenvolvimento económico pelo “etnocentrismo europeu” que “limita ou impede de raciocinar a África e a própria economia”³⁰. Pelo contrário, os operários africanos, agora chamados trabalhadores “economicamente débeis,” apresentavam “uma grande receptividade à inovação e um profundo desejo de progresso económico”.

Considerar o trabalhador africano como um colaborador do sistema fabril, como um agente económico aberto à mudança e à inovação, rompia com uma concepção de relação laboral onde se aceitava que os indígenas trabalhassem sob coacção, pedra mestra do sistema colonial português. Esta promoção simbólica fora concebida de forma a incrementar os índices de produtividade. A alteração do estatuto do trabalhador torná-lo-ia mais receptivo à adopção de uma outra ética de trabalho, inseparável de um novo modo de vida, urbano,

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ “Questões fundamentais do desenvolvimento de Moçambique”, *Colectânea de Estudos do gabinete de Estudos técnicos da AIM*, Vol. 1 – Julho de 1967, p. 38.

centrado em maiores aspirações de consumo. Se a produtividade, como foi salientado em Junho de 1966 no então *Boletim da AIM*, se relacionava directamente com o cálculo económico (“na sua definição matemática [a produtividade] traduz um cociente, volume de produção pelo volume dos factores de produção utilizados”³¹), representava também uma nova filosofia de vida que transformava os corpos e a libido social, já que era “um estado de espírito, uma preocupação de melhorar, um desejo de progredir, uma ânsia permanente”³². Como a produtividade do trabalho industrial dependia da condição existencial do operário, e não apenas do seu domínio técnico, a sua promoção articulava-se bem com a defesa de políticas humanistas: “A adesão a uma concepção mais humana do trabalho por parte de pessoas cada vez mais conscientes, provoca inevitavelmente um clima social favorável a uma maior produção, com menor sacrifício dos trabalhadores”. Neste sentido, interessava atender a “reivindicações sociais, campanhas de prevenção de acidentes, melhor concepção das máquinas para a eliminação de fadigas inúteis, integração dos operários na política da Empresa, explicação da razão por que a tarefa mais modesta é essencial para a conclusão do produto acabado, promoção cultural, etc, etc, tudo isto é considerado pela empresa moderna que deseja progredir”³³.

Os baixos níveis de produtividade do trabalho africano em Moçambique tornavam mais premente a necessidade destas novas técnicas de gestão das relações laborais. Na *Indústria de Moçambique* esta debilidade foi por diversas vezes denunciada³⁴. Num inquérito de 1966 promovido pela AIM os empresários referiram-se à “baixa produtividade dos operários africanos”³⁵. Dois anos mais tarde, em *Os Africanos de Lourenço Marques*, o antropólogo colonial António Rita-Ferreira obteve respostas semelhantes dos patrões da capital de Moçambique. Estes queixavam-se da falta de disciplina e da irresponsabilidade dos trabalhadores, do seu absentismo e da ausência de motivação³⁶. O investigador concluía que o trabalhador africano estava pouco preparado para responder às “exigências e os padrões da civilização tecnológica”³⁷. Em Março de 1973 o editorial da *Indústria de Moçambique* reportava que da “força de trabalho da indústria transformadora, que neste momento se pode estimar em 110 000 activos, apenas cerca de 25% são trabalhadores qualificados. No decurso dos últimos seis anos, o total da mão-de-obra industrial acusou uma tendência crescente à taxa de 8% ao ano, todavia muito diversa em relação aos dois grandes grupos de pessoal – o indiferenciado e o qualificado.” Segundo a mesma fonte, o trabalho indiferenciado crescera à taxa anual de 6%, o qualificado a 20%. Perante este cenário, perguntava o autor: “A este ritmo onde se vai buscar mão-de-obra qualificada?”³⁸.

As categorias de “trabalhador indiferenciado” e “trabalhador qualificado” resultavam de uma transmutação, fortemente eufemizadora, das categorias jurídicas, mas também sócio-culturais, que desapareceram com o fim do sistema de indigenato. Os trabalhadores qualificados, sindicalizados, eram quase todos brancos, e os trabalhadores indiferenciados, em termos gerais, pertenciam ao grupo daqueles que até há pouco se designavam por indígenas. O corte estatutário entre o indígenuo e o civilizado reproduzia-se agora por cate-

³¹ “Aspectos Humanos de uma Política de Produtividade”, *Boletim da Associação Industrial de Moçambique*, n.º 35, 1966, p. 22.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Entre os textos de diagnósticos na Indústria de Moçambique, destacam-se os do seu director: Parcídio Costa, “Reflexões sobre o problema da formação, Produtividade e trabalho”, *Indústria de Moçambique*, n.º 3, 1968, p. 111; *Idem*, “Para uma estratégia integrada do desenvolvimento em Moçambique”, *Indústria de Moçambique* n.º 1, 1971, p. 26; *idem*, “A Indústria de Moçambique no limiar da década de 70”, *Indústria de Moçambique* n.º 7, 1971, p. 201.

³⁵ Inquérito n.º 1, 28/10/66. *Indústria de Moçambique*, n.º 39, Outubro de 1966, p. 92

³⁶ *Ibidem*, pp. 342-344.

³⁷ António Rita-Ferreira, “Algumas observações sobre a eficiência Profissional do Africano”, *Indústria de Moçambique*, Vol. 2, n.º 10, Outubro de 1969, p. 343.

³⁸ *Indústria de Moçambique*, vol. 6, n.º 3, p. 67.



Figura 5. Texlon. Têxtil de Lourenço Marques, *Indústria de Moçambique*, vol. 6, n.º 4, 1973, p. 1. A paisagem fabril da Texlon coloca o operário africano num cenário que se encontra nos antípodas da construção estereotipada da paisagem africana. Um homem colocado no interior de um espaço desterritorializado que ele passaria, pela experiência do trabalho, a controlar. A perspectiva no plano parece assimilar o operário, a submetê-lo à sua lógica.

gorias económicas, como as instituídas pela lei do Trabalho Rural aprovada em 1962³⁹. O protesto da AIM em relação a esta lei revelava algumas das fraturas que atravessavam o campo do poder colonial. O novo regulamento do trabalho rural, onde não havia qualquer indício de categorização cultural, dirigia-se aos tais “trabalhadores economicamente débeis”. Entre estes incluíam-se os trabalhadores rurais⁴⁰ e aqueles que, não possuindo este estatuto, não eram especializados: a grande maioria da força de trabalho africana era constituída por trabalhadores “eventuais”, contratados ao dia, à semana ou ao mês, sem carácter de continuidade, com “residência habitual nas proximidades do local de trabalho”⁴¹. Esta massa laboral africana não era ainda enquadrada pelo Regime Jurídico das Relações de Trabalho, aprovado em 1956⁴², não podendo ser sindicalizada. Fora das instituições corporativas, os africanos haviam sido remetidos para associações profissionais dirigidas aos indígenas, casos da Associação dos Negociantes Indígenas, dos Carpinteiros, dos Lavadores, dos Barbeiros, dos Sapateiros, dos Pintores, dos Criados de Mesa e dos Alfaiates.

A dualidade imposta pelas categorias “qualificados” e “indiferenciados” encontrava-se desajustada do processo fabril, caracterizado por necessidades constantes de diferenciação laboral, de polivalência e adaptabilidade. A melhoria da produtividade obrigava ao domínio das várias fases de “produção de um trabalhador” e ao afastamento de todos os entraves à mercadorização mais eficiente do trabalho. Simultaneamente, o surgimento de uma classe intermédia africana ajudaria a diversificar os consumos locais. A AIM considerou as leis

³⁹ Decretos n.ºs 44 309 e 44 310 de 27/4/62, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1962.

⁴⁰ Segundo o artigo 3.º do Código os “trabalhadores manuais sem ofício definido ocupados em actividades ligadas à exploração agrícola da terra e recolha dos produtos ou destinadas a tornar possível ou a assegurar aquela exploração”.

⁴¹ Proporcionando uma outra representação da sociedade, o “desaparecimento dos indígenas” e a emergência do “trabalhador”, assinalara-se pela criação do Instituto do Trabalho Previdência e Ação Social e pela extinção da Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas Pelo decreto n.º 44111 de 21/12/61.

⁴² Diploma legislativo n.º 1595, 28/4/56, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1957.

Figura 6. Indústria de Montagem de Rádios, *Indústria de Moçambique*, vol. 1, n.º 12, 1968, p. 1. Um dos objectivos da dinâmica modernizadora era o de criar operários especializados. Nesta fábrica de montagem de rádios um conjunto de operárias dedica-se a tarefas que exigem olhos atentos e precisos para guiar mãos e dedos ágeis, num trabalho minucioso. Quase todas mulatas, com penteados modernos onde a carapinha, esse símbolo tão forte da origem africana, está ausente, estas operárias seriam bons exemplos de uma classe média africana em formação.



laborais pouco flexíveis e a organização do sistema de ensino e da universidade imprópria para enfrentar as exigências da indústria mais avançada⁴³. Discriminatória, a educação colonial fora incapaz de transmitir rudimentos básicos aos alunos e competências laborais mais complexas, o que criava obstáculos ao desejado processo de racionalização da mão-de-obra.

Perante esta realidade, as fotografias de trabalhadores africanos harmoniosamente integrados nas fábricas representavam um laboratório de uma situação por vir. Mais do que uma ilustração da realidade do trabalho fabril em Moçambique, embora as fotografias fossem encenadas em cenários “reais”, as imagens publicadas na *Indústria de Moçambique* propunham um futuro imaginado. Aqueles trabalhadores modelares eram os operários que os gestores modernos gostariam de gerir, tão fiáveis e previsíveis como as próprias máquinas. A sua cultura, tradição ou estado civilizacional pouco importavam para o objectivo da fábrica, razão pela qual as imagens dos operários negros não são distintas de reproduções fotográficas semelhantes que mostram trabalhadores de outros países em diversos espaços industriais. Ao contrário de outras imagens do trabalho africano, predominantemente manual, onde o operário recorria apenas à sua energia muscular, muitas vezes sem a intermediação laboral da máquina, nestas representações a actividade não se encontra reduzida a uma exteriorização da força bruta mas a lógicas de especialização, observadas nas disposições corporais dos trabalhadores. A representação do corpo do trabalhador nestas fotografias sugere a importância de competências como a

⁴³ Vários editoriais expressam esta vontade, por exemplo, nos números de Março e Abril de 1966. Mas foi numa missiva dirigida ao Governador Geral já em 1974 que tal reivindicação melhor foi expressa. Arquivo Histórico de Moçambique, Governo Geral, Caixa 873 Pasta T/5-c) Instituto do Trabalho. Assunto Trabalho, C) Regulamento de Trabalho, 1974. Carta da Associação Industrial de Moçambique ao Governador Geral em 15/4/74.

atenção, a precisão, a posse de conhecimento para lidar com instrumentos e máquinas. As mãos ajustam-se à função específica, observando-se mesmo a relevância da utilização dos vários dedos. As mãos e os dedos não eram, desta forma, uma mera extensão dos músculos braçais. O modo apumado e rigoroso como o operário se apresenta no local de trabalho, com o equipamento impecável, num ambiente pasteurizado, revela tanto o projecto imagético dos modernizadores como a notória encenação dos planos fotográficos.

Da magia das imagens e das representações

As características que definiam a incrustação de um projecto económico universal na situação colonial concreta tornavam este processo bastante mais complexo do que fazia crer a linearidade das suas fórmulas e das imagens que estas produziam. Os textos e as imagens da *Indústria de Moçambique* indicavam a relevância de um certo tipo de ocupação científica do território moçambicano, nesta última fase do período colonial. Uma ocupação sujeita à razão imposta pelas fórmulas modernas da produtividade, distinta dos procedimentos disciplinares que tornaram o africano enquanto sujeito cultural, símbolo de uma civilização atrasada, sob domínio da superioridade europeia. Esta representação de um futuro imaginado, atribuía ao africano um outro lugar social, não definido por uma hierarquia cultural mas por uma hierarquia económica mais complexa.

Os efeitos negativos da proletarianização do trabalhador africano seriam combatidos pela acção dos departamentos de recursos humanos, que invocavam a importância da cultura da empresa, com metáforas comunitárias improváveis num quadro de dominação racista, e de modo mais abrangente por políticas de enquadramento estatal, que visavam uma desproletarianização controlada, como vinha sendo pensado no âmbito da reforma do corporativismo na metrópole⁴⁴. No contexto colonial, estas categorias não deixavam, apesar do poder de abstracção promovido pela posição económica, de reproduzir as dinâmicas de segmentação hegemónicas, dado que a estrutura de classes se mantinha fortemente racializada. Por isso, na hierarquia da fábrica moderna os gestores e quadros intermédios eram brancos, quase sempre homens, e os operários e operárias predominantemente negros. Neste contexto, porém, as justificações da diferenciação social, segundo as lógicas ideais da meritocracia, não dependiam de uma qualquer condição de partida, mas de competências adquiridas.

Na história colonial de Moçambique não abundam representações das condições concretas do trabalho nos espaços urbanos e nas suas margens que consigam romper o efeito mágico do discurso modernizador e da sua imaginação visual⁴⁵. Os diagnósticos críticos da modernização económica moçambicana, como os presentes em alguns artigos na *Indústria de Moçambique*, ofereciam perspectivas menos idealizadas da situação da massa laboral africana em cidades como Lourenço Marques. Na capital do território a estrutura laboral apresentava uma configuração pouco moderna, caracterizada por um número

⁴⁴ Nuno Domingos, “Desproletarianizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo”. In Domingos, N., Pereira, V. (orgs.) *O Estado Novo em Questão* (Lisboa: Edições 70), pp. 165-196.

⁴⁵ Uma das contranarrativas escritas sobre o crescimento de Lourenço Marques podem ser lida em Pancho Guedes, “A Cidade Doente”, *A Tribuna*, 9/6/73, pp. 6-7.

significativo de trabalhadores domésticos e serviçais, pela mão-de-obra que rumava para as minas da vizinha África do Sul⁴⁶ e por um sector secundário pouco desenvolvido e dependente de trabalhadores que, para sobreviverem, continuavam a ter de contar com redes alargadas de apoio, estendidas até aos lugares de onde eram originários.

A situação traduzia o domínio histórico de um sistema económico assente numa mão-de-obra descartável, ocupada em trabalhos manuais, de forte rotatividade e com frágeis condições de habitabilidade urbana. Em relação à mão-de-obra utilizada na cidade, que cresceu substancialmente a partir da década de 50, a investigação de Rita-Ferreira traçou um diagnóstico preocupante da evolução dos subúrbios de Lourenço Marques no final da década de 60. O autor referiu-se às frágeis condições de vida de grande parte dos seus habitantes, sujeitos a despejos e a rendas especulativas⁴⁷, sofrendo de subnutrição⁴⁸, vivendo em risco de incêndio, inundação e derrocadas, sem água potável e electricidade⁴⁹, com um grau elevado de prevalência de certas doenças⁵⁰ e com falta de um emprego estável que lhes permitisse prever o futuro próximo. Esta outra representação da existência do proletariado de Lourenço Marques contrasta com a informação oferecida pelas fotografias do trabalhador modelar das fábricas moçambicanas publicadas na *Indústria de Moçambique*.

Realizadas em benefício de uma visão moderna e produtivista da sociedade, de que as fotografias seriam uma evidente projecção, as críticas desenvolvimentistas ao modo como progredia a economia da colónia omitiam a relação entre as condições de reprodução da mão-de-obra existentes neste período e a herança do sistema de dominação colonial português, baseado na exploração discricionária do trabalho e em práticas de racismo institucionalizado. Outros autores que investigaram a capital de Moçambique referiram-se a estas condições de reprodução laboral e urbana⁵¹. Como notou recentemente Jeanne Marie Penvenne num ensaio sobre as imagens fotográficas de Lourenço Marques, com a excepção de trabalhos de alguns fotógrafos, como Sebastião Langa ou Ricardo Rangel, divulgados sobretudo após a independência, a cidade foi sempre representada como o lugar do branco⁵². Os africanos surgiam raramente representados e quase sempre numa posição subalterna ou culturalizada. E isto sucedia tanto nos históricos álbuns de José dos Santos Rufino, tratados neste livro por outros autores, como nas imagens dominantes da cidade na fase final da presença portuguesa, onde apenas alguns desportistas e artistas negros mereciam algum destaque. A ausência de imagens que reportem a precariedade existencial do trabalhador africano acentua-se pela versão imposta pelas representações dominantes produzidas sobre o território e as populações durante este período final do colonialismo português em África. Acerca da capital de Moçambique, em livros, jornais, revistas, postais e filmes, sobravam imagens da meca turística, da paisagem paradisíaca e do património, incólume à guerra, com as suas avenidas modernas e organizadas, os altos edifícios modernos, captados por imponentes vistas aéreas, as suas praias e jardins, a gastronomia e a sofisticada vida nocturna⁵³. Estas imagens interessavam aos negócios do turismo e serviam também a propaganda oficial,

⁴⁶ Dos 825 000 assalariados identificados no censo de 1960 em Moçambique, 290 000 trabalhavam fora da colónia. António Rita-Ferreira, "Distribuição Ocupacional da População Africana de Lourenço Marques", *Indústria de Moçambique*, vol. 2, n.º 6, Junho de 1969, p. 200.

⁴⁷ Que o autor vai tratar nos dois artigos seguintes, António Rita-Ferreira, "O Problema Habitacional dos Africanos de Lourenço Marques (II)", *Indústria de Moçambique*, vol. 2, n.º 12, Dezembro de 1969, pp. 419-422 e *idem*, "O Problema Habitacional dos Africanos de Lourenço Marques (III)", *Indústria de Moçambique*, vol. 3, n.º 3, Março de 1970, pp. 85-87.

⁴⁸ António Rita-Ferreira, "Padrões de Consumo", p. 320. Existiriam, segundo cálculos de Rita-Ferreira, 310 cantinas nos subúrbios. *Ibidem*.

⁴⁹ Rita-Ferreira, *Os Africanos de Lourenço Marques ...*, p. 197.

⁵⁰ *Ibidem*, pp.431-432.

⁵¹ Jeanne Marie Penvenne, *African Workers and colonial racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962* (London: James Currey, 1995). Jeanne Marie Penvenne, Valdemir Zamparoni, *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890 . c 1940*, tese apresentada para a obtenção de grua de doutor em História Social junto da Faculdade de Filosofia (São Paulo: Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998).

⁵² Jeanne Marie Penvenne, "Fotografando Lourenço Marques ... pp. 173-191.

⁵³ Visíveis, por exemplo, nas súmulas patrocinadas pela Agência Geral das Colónias Por exemplo, Rodrigues Júnior, *Moçambique. Terra de Portugal* (Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1965); Oliveira Boléo, *Monografia de Moçambique* (Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971).

2. Conhecimento / Circulação

em África na metrópole e pelos lugares onde Portugal procurava defender a sua soberania africana.

Como as imagens produzidas pela narrativa do desenvolvimento económico, as representações de um idílio luso-tropical possuem hoje um poder mágico de descontextualização e de reorganização da própria história. A história corre assim o risco de ficar presa a determinadas representações, herança duradoura deixada por quem possuía o poder de criar imagens, agora tomadas como fontes para contar uma narrativa sobre o passado, mas também sobre o presente.